

## **A DIDÁTICA DO NEOMEDIEVALISMO: FORNECENDO UMA BASE TEÓRICO-METODOLÓGICA PARA SEU USO COMO FERRAMENTA DE ENSINO NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA**

THE DIDACTICS OF NEOMEDIEVALISM: PROVIDING A THEORETICAL-METHODOLOGICAL BASIS FOR ITS USE AS A TEACHING TOOL IN THE SCOPE OF BRAZILIAN BASIC EDUCATION

**Caio Schechner**

Universidade Estadual de Goiás  
caio.schechner@gmail.com

---

**Resumo:** Nosso objetivo com este artigo é fornecer uma base teórico-metodológica para o uso do neomedievalismo – entendido como as diferentes maneiras pelas quais a Idade Média é apropriada por períodos históricos posteriores – como ferramenta didática no âmbito do ensino básico brasileiro. Para tanto, organizamos o texto em três partes. Na primeira, faremos uma introdução crítica ao campo de estudos do neomedievalismo, abordando sua história e diferentes definições para, em seguida, eleger aquela que mais se adequa aos nossos propósitos. Na segunda, realizaremos uma discussão teórica na intenção de propor uma relação significativa entre estudos medievais e neomedievalismo. Por fim, empreenderemos uma análise de três livros didáticos do ensino básico, a fim de analisar criticamente a maneira como o neomedievalismo vêm sendo empregado neste âmbito, apontando ausências, presenças e potências. Como conclusão, apresentamos a ideia de que estudos medievais e neomedievalismo são duas faces da mesma moeda e, por isso, devem articulados para que alcancem toda sua potência didática.

**Palavras-chaves:** Ensino de História; Neomedievalismo; Estudos Medievais.

**Abstract:** Our objective with this article is to provide a theoretical-methodological foundation for the use of neomedievalism – understood as the various ways in which the Middle Ages are appropriated by later historical periods – as a didactic tool within the scope of Brazilian basic education. To achieve this, we have organized the text into three parts. In the first, we will present a critical introduction to the field of neomedievalism studies, discussing its history and different definitions, and subsequently selecting the one that best suits our purposes. In the second, we will undertake a theoretical discussion aimed at proposing a meaningful relationship between medieval studies and neomedievalism. Finally, we will analyze three basic education textbooks to critically assess how neomedievalism has been employed in this context, identifying absences, presences, and potentials. In conclusion, we present the idea that medieval studies and neomedievalism are two sides of the same coin and, therefore, should be interconnected to fully realize their didactic potential.

**Keywords:** Teaching of History; Neomedievalism; Medieval Studies.

## Introdução

Apesar da distância temporal que dela nos separa, a Idade Média faz-se presente em nosso cotidiano com surpreendente frequência. Filmes, séries de televisão e jogos de ambientação (pseudo)medieval multiplicam-se em um ritmo impressionante, e no entanto ainda são poucas as iniciativas que se dedicam a uma abordagem crítica dessas representações.<sup>1</sup> Apropriações do passado medieval para fins políticos têm sido igualmente constantes,<sup>2</sup> inclusive em nosso próprio território, que nem ao menos possuiu uma Idade Média histórica. Esse fato, todavia, não impede de maneira nenhuma que nós, e quaisquer outros locais de realidade semelhante, apropriemo-nos desse passado.

A ideia, ou o imaginário sobre a Idade Média, é de tal forma imponente que ultrapassou, em muito, as fronteiras da periodização à qual os historiadores originalmente a limitaram. Uma série de intelectuais, de diversas áreas, têm percebido a relevância de tal fenômeno, o que formou um campo de estudos conhecido como (neo)medievalismo, isto é, a investigação acerca das diferentes formas que a Idade Média foi percebida e construída por períodos posteriores à própria.<sup>3</sup>

Muito há o que ser estudado nesta nova e amplíssima área. Neste artigo, pretendemos com ela contribuir a partir da seguinte pergunta: o que temos nós, pesquisadores e professores da História, a dizer sobre isso? De que maneira podemos mobilizar esses conhecimentos – pois partimos do princípio de que toda essa gama de saberes populares também constitui um verdadeiro conhecimento – a

---

<sup>1</sup> YOUNG, Helen. *Race and popular fantasy literature: habits of whiteness*. New York: Routledge, 2016.

<sup>2</sup> DARNTON, Robert. A Buffet of French History. *The New York Review of Books*, 2017. Disponível em: <http://bit.ly/2p8HQk2>; LANZIERI JÚNIOR, Carlile. Ontem e hoje, o porta estandarte: Reflexões sobre os usos do passado medieval, a estética bolsonarista e os discursos recentes da direita brasileira. *Roda da Fortuna: Revista Eletrônica sobre Antiguidade e Medievo*, v. 8, n. 2, 2019, p.189-209. Disponível em

[https://www.revistarodadafortuna.com/files/ugd/3fdd18\\_8a84906dd23e4dc185201d4939658c\\_db.pdf](https://www.revistarodadafortuna.com/files/ugd/3fdd18_8a84906dd23e4dc185201d4939658c_db.pdf) Acesso em 12 abr. 2022; PACHÁ, Paulo. A parade to fight the far right. *Washington Post*, 24 de mar. De 2019a. Disponível em: <https://wapo.st/2WuqkX5> Acesso em 06. ago. 2022; PACHÁ, Paulo. Deus vult: uma velha expressão na boca da extrema-direita. *A pública*, 30 de abr. de 2019b. Disponível em: <https://bit.ly/2Ou6oiG> Acesso em 06 ago. 2022; PACHÁ, Paulo. Why the Brazilian Far Right Loves the European Middle Ages. *Pacific Standard*, 12 de mar. de 2019c. Disponível em: <https://bit.ly/3j8x4ng> Acesso em 06 ago. 2022.

<sup>3</sup> BERNS, Ute; JOHNSTON, Andrew James. Medievalism: a Very Short Introduction, *European Journal of English Studies*. v15:2, p.97-100, DOI: 10.1080/13825577.2011.566690

fim de tornar o estudo da Idade Média mais útil, profícuo ou prazeroso? Nosso objetivo é, portanto, fornecer uma base teórico-metodológica para o uso do neomedievalismo como ferramenta didática no âmbito do ensino básico brasileiro. Pretendemos, a partir dessas reflexões, oferecer um direcionamento que contribua com uma abordagem adequada dos fenômenos neomedievalistas, de modo a extrair toda a sua potência. Para tanto, dividimos este texto em três partes, cada qual com sua função: exposição do campo e elaboração de uma definição adequada, expansão da proposta original e, por fim, uma avaliação crítica de duas possibilidades de uso do neomedievalismo enquanto ferramenta didática, respectivamente.

### **Neomedievalismo e estudos pós-coloniais**

Nesta seção faremos uma introdução, a partir de um debate crítico com a produção sobre o tema, ao campo de estudos do neomedievalismo. Abordaremos, primeiramente, sua história e diferentes definições. Em seguida, estabeleceremos algumas relações possíveis entre neomedievalismo e estudos pós-coloniais. Por meio dessas duas etapas, intentamos definir a concepção de neomedievalismo que consideramos mais profícuo à abordagem de tal temática no âmbito do ensino básico.

Definir medievalismo, principalmente no Brasil, torna-se tarefa premente, uma vez que aqui “o termo foi durante muito tempo (e ainda é) usado como sinônimo de estudos medievais”;<sup>4</sup> na verdade, mais do que um conceito, explica o autor que o termo designaria todo um campo de estudos. Conforme assinalaram Berns e Johnston, o medievalismo poderia ser entendido, ao menos em um primeiro momento, como “A investigação sobre as diferentes maneiras que a Idade Média foi percebida e construída por períodos posteriores”.<sup>5</sup> Na mesma linha, por Altschul e Grzybowski, organizadores do dossiê *Medievalismo(s), neomedievalismo e recepção da Idade Média em períodos pós-medievais*, este foi definido como “o reaproveitamento de elementos considerados ‘medievais’ em qualquer formato e

---

<sup>4</sup> BERRIEL, Marcelo Santiago. Pour un autre moyen age au Brésil: a perspectiva decolonial na busca de uma episteme para a compreensão dos medievalismos brasileiros. *Antíteses*, Londrina, v.13, n. 25, p.68-96, jan-jun. 2020<sup>a</sup>, p. 70.

<sup>5</sup> BERNES; JOHNSTON. op. cit. p. 97. Tradução nossa.

época após o fim da Idade Média histórica”.<sup>6</sup>

Cumpra uma breve exposição sobre a terminologia em jogo. No Atlântico Norte, o campo de estudos sobre o qual nos debruçamos aqui costuma ser denominado de “medievalismo”, entendendo Leslie Workman como seu inaugurador. Todavia, alguns autores, como Clínio Amaral, seguido em parte também por Altschul e Grzybowski – posição a que também adere o autor deste artigo – sugerem o uso do termo “neomedievalismo”, tal como empregado por Umberto Eco, assim vendo, neste autor, um possível fundador alternativo. Tal escolha também traria a vantagem evitar o problema referido acima, isto é, a confusão com o termo “medievalismo” enquanto sinônimo de “estudos medievais”. Mais do que mero detalhe, esta escolha, ao recusar o termo já estabelecido por Workman – devido a razões específicas ao contexto acadêmico nortista e que, portanto, são-nos alheias –, é entendida pelos referidos autores sob o prisma de uma “transferência pós-colonial”, no intuito de “deslocar a disciplina para fora de seus canais usuais e oferecer uma transformação em como ela se entende; pode conter uma transferência que não é imitativa, mas segura em suas diferenças e perspectivas”,<sup>7</sup> destarte privilegiando as expressões do medievalismo tal como desenvolvido em nosso próprio território.

Nos últimos trinta anos, o neomedievalismo é um dos ramos da medievalística que cresceu mais rapidamente. Em razão de seu enfoque inicial nas imagens e representações da Idade Média, como em filmes, videogames, quadrinhos etc., mas também em reconstruções históricas em eventos, evidencia-se, facilmente, a relação do medievalismo com os Estudos Culturais.<sup>8</sup>

Ainda que tenha sido, conforme indicou Berriel, objeto de análise de alguns artigos, a relação entre neomedievalismo e pós-colonialidade continua tendo muito a evoluir. Para Bertarelli e Amaral, decolonizar a Idade Média seria equivalente a

---

<sup>6</sup> ALTSCHUL, Nadia R; GRZYBOWSKI, Lukas Gabriel. Em Busca dos Dragões: a Idade Média no Brasil. *Antíteses*, Londrina, v.13, n. 25, p.24-35 jan-jun. 2020a. Disponível em <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/42304> Acesso em 12 abr. 2022. p. 25.

<sup>7</sup> Ibidem, p. 30.

<sup>8</sup> BERNES; JOHNSTON. op. cit. p. 97.

decolonizar a própria pesquisa que é realizada nesta área; sobre isso, afirmam o seguinte: “Queremos explorar reinterpretações e reapropriações da Idade Média nos trópicos [...]”, dessa maneira levando em conta “interesses contemporâneos do contexto em questão, i.e., à luz de nossa ‘brasilidade’”.<sup>9</sup>

Tal interface está também presente no texto de Altschul e Grzybowski, segundo quem “Os estudos pós-coloniais podem nos ajudar a reconhecer as razões e diretrizes de tal projeto”, uma vez que estas localidades “permitem-nos perceber mais claramente que, antes que um reaproveitamento da ‘Idade Média’ possa ocorrer, uma ideia prévia do que é a ‘Idade Média’ deve ser criada para o seu consumo e sua nova difusão”.<sup>10</sup> De forma que:

Em centros e geografias com passado medieval histórico, esses elementos não devem ser considerados ou tomados como mais ‘autênticos’ ou menos inventados do que nas periferias. Em outras palavras, qualquer lugar e qualquer época terão que ter formulado e difundido seus próprios ‘dragões’ – seus próprios elementos do que é ‘medieval’ e com eles suas próprias versões e seus próprios reaproveitamentos locais do medievalismo. Um estudo de quais são as versões brasileiras de ‘o medieval’ e, portanto, de quais são suas próprias formas de medievalismo, é o diálogo que começa a se realizar através desse dossiê.<sup>11</sup>

Então, o estudo do neomedievalismo a ser desenvolvido em determinado território não tem, como pré-requisito, a existência pretérita de uma medievalidade histórica. Isto autoriza, sem maiores problemas, o florescimento do campo nos espaços coloniais – e, por conseguinte, a elaboração de um neomedievalismo propriamente brasileiro. Pensamos que um dos questionamentos centrais de tal empreitada corresponderia ao estudo do processo histórico pelo qual os diversos territórios elegeram aquilo que diria respeito à medievalidade.

Dito de outra forma: se o ser “medieval” é algo socialmente construído, quais seriam as especificidades na conformação da ideia do que é medieval, em nosso

---

<sup>9</sup> BERTARELLI, M. E.; AMARAL, C. O. Longa Idade Média ou apropriações do medievo? Uma reflexão para se descolonizar a idade média através do medievalismo. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, Ouro Preto, v. 13, n. 33, p.97–130, 2020. p. 120. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1555>. Acesso em: 15 ago 2024. Tradução nossa.

<sup>10</sup> ALTSCHUL; GRZYBOWSKI, op. cit., p. 25-26.

<sup>11</sup> Idem.

país? Tal processo poderia ser compreendido sob o prisma do conceito de discurso, em uma análise do tipo que Foucault chamou de “genealógico”,<sup>12</sup> isto é, uma abordagem na lógica de como “se formaram, através, apesar, ou com o apoio desses sistemas de coerção, séries de discursos, qual foi a norma específica de cada uma e quais foram suas condições de aparição, de crescimento, de variação”.<sup>13</sup> Afinal, lembremos que, de acordo com o filósofo, “os elementos associados ao medievalismo mudam com o tempo e que devem ser formuladas como ‘medievais’ antes que possam ser difundidos efetivamente em um lugar e tempo específicos”.<sup>14</sup>

Na mais importante seção do artigo de Berriel que aqui discutimos, o autor dedica-se a expor uma proposta de análise pós-colonial de caráter bastante radical, especialmente quando comparada àquela feita por Bertarelli e Amaral. Consiste em uma investigação do neomedievalismo brasileiro (ou seja, as apropriações da Idade Média que se realizaram especificamente em nosso país) a partir de uma episteme de tipo igualmente autóctone que, no seu entender, estaria mais apta a auxiliar na compreensão do fenômeno tal como aqui se observa. Assim, segundo o autor,

Os medievalismos existentes no Brasil manifestam-se de forma extremamente peculiar, muito distintos do que se nota na Europa. Portanto, o ‘empirismo radical’, tal como proposto por Haddock-Lobo (2020), é um princípio fundamental para o conhecimento dessas práticas e representações tão peculiares do território brasileiro.<sup>15</sup>

À tal afirmação, segue-se uma série de exemplos do que constituiria um neomedievalismo – e não, sublinhe-se, as pretensas “continuidades” ou “reminiscências” do medieval, como preferem outras vertentes teóricas – no Brasil. Sobre o movimento armorial, por exemplo, afirma-se que este diria mais respeito à cultura nordestina do que exatamente a elementos da Idade Média europeia.<sup>16</sup> Quanto às cavalcadas, defende-se que estas “difícilmente poderiam ser explicadas

---

<sup>12</sup> MACHADO, Roberto. *Introdução: por uma genealogia do poder*. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019. p. 16-17.

<sup>13</sup> FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural do Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. São Paulo: Edições Loyola, 2014, p. 57.

<sup>14</sup> ALTSCHUL; GRZYBOWSKI, op. cit., p. 26.

<sup>15</sup> BERRIEL, op. cit., p. 89.

<sup>16</sup> *Ibidem*, p. 90.

somente através da herança europeia”, sendo estas, na verdade, “uma típica manifestação cultural brasileira”.<sup>17</sup> Por fim, sobre as já referidas apropriações de cunho político operadas pela extrema-direita, afirma-se que aqui existiria uma “confusão conceitual escancarada [...]”, e que, portanto, seria “algo diferente de uma manifestação do mesmo tipo em um país como a França ou a Escócia”.<sup>18</sup>

Em nossa percepção, não é correto o entendimento de que tais apropriações, por ocorrerem em território Europeu, representam de qualquer forma uma Idade Média mais autêntica. Porém, independentemente disso, julgamos que a contenda levantada por Berriel trataria, sobretudo, de uma questão de enfoque analítico. Os fenômenos culturais acima citados, como a cavalhada e o movimento armorial, poderiam ser abordados tanto da perspectiva do neomedievalismo quanto das reminiscências, que não nos parecem, de forma alguma, excludentes entre si. Claro que se poderia argumentar quanto à maior adequação do primeiro método frente ao segundo, porém, mais do que isso, o que parece estar em jogo é o – legítimo – compromisso político-ideológico de eleger um aporte que nos permitiria começar a superar, no âmbito teórico, as amarras do colonialismo.

Além disso, o autor, ao excluir de sua proposta qualquer participação dos estudos medievais tradicionais para a análise do neomedievalismo brasileiro, acaba por reduzir sua originalidade ao ponto de ser difícil captar as diferenças desta para o que poderia ser desenvolvido por estudos voltados à investigação da cultura popular brasileira. Em outras palavras: se a cavalhada é um fenômeno puramente nacional, e cuja plena compreensão depende unicamente de estudos sobre o Brasil, então em quê residiria a necessidade de mobilizar o referencial teórico do neomedievalismo?

Da forma que vemos, qualquer análise que se identifique como neomedievalista precisa, em primeiro lugar, estudar os fenômenos propriamente históricos da Idade Média para, só então, compreender toda a dimensão de sua posterior apropriação. Numa análise genealógica, seriam percebidos quais elementos medievais foram selecionados ou descartados na formação de um

---

<sup>17</sup> Idem.

<sup>18</sup> Ibidem, p. 89.

discurso – neste caso, brasileiro – sobre o que é medieval, seguido de uma interrogação, à luz da realidade do país em que o fenômeno é conferido, a respeito das razões e do sentido histórico dessas seleções e deformações. De tal sorte que neomedievalismo e estudos medievais, em nossa perspectiva, potencializam-se mutuamente.

Ademais, conquanto a proposta de um “empirismo radical” prova-se bastante apropriada aos desígnios analíticos de Berriél, no empenho de focalizar as questões próprias de nosso território, seja no âmbito do objeto, seja no teórico, o autor parece deixar de levar em consideração – assim como todos os que se propuseram a uma análise de um neomedievalismo especificamente brasileiro – o peso da assimetria de poderes vigentes nesse campo. Há que se considerar a força absolutamente decisiva dos livros, filmes, séries de televisão, jogos de tabuleiro, videogames, etc., ambientados em uma (pseudo) Idade Média, produzidos no chamado “Norte Global”, na construção de um discurso do que é “medieval”, em razão de seu robusto financiamento e consequente capacidade de difusão. Poder-se-ia falar, nesse sentido, de um discurso neomedievalista hegemônico.

Assim, se nossa proposta também segue uma perspectiva pós-colonial, como cremos ser o caso, é na medida em que considera as especificidades, quando não da elaboração – mais rara e com menor capacidade de difusão –, principalmente da recepção, em um contexto periférico, do discurso do que é medieval, e do possível processo de reelaboração que ocorre a partir disso.

Deixando, ao que nos consta, passar despercebida a contradição com seu projeto de um “medievalismo brasileiro”, Bertarelli e Amaral reforçam o argumento que apresentamos aqui, ao clamar pela abertura dos professores de História a uma série de referências estabelecidas por este neomedievalismo hegemônico:

como professores, observamos em nossa prática que os interesses de nossos estudantes residem, na maior parte, na versão encantada da Idade Média encontrada em *Guerra dos Tronos*, *Harry Potter*, videogames ligados aos temas medievais. O que vemos é uma enorme distância entre a academia brasileira e a realidade de



nossos estudantes, especialmente aqueles em seus primeiros anos do curso de graduação.<sup>19</sup>

Se a sugestão dos autores de recorrer a apropriações da Idade Média a fim de atingir o interesse dos alunos tem nosso pleno acordo, o mesmo não se pode dizer no que tange às conclusões na sequência desse raciocínio. Amparados pelos apontamentos do texto *Don't be snobs, medievalists!*, de Richard Utz (2015), Bertarelli e Amaral entendem que é necessária uma maior ligação entre a academia e historiadores profissionais daqueles que são chamados “amadores” ou “diletantes” – o que, sob certas circunstâncias, poderia mesmo ser muitíssimo frutífero. Porém, no afã de promover esta aproximação, os autores afirmam, em tom crítico, que os mais resistentes a tal movimento denunciam o argumento do anacronismo daqueles distantes do ambiente acadêmico, questionando o seguinte: “como se houvesse quaisquer historiadores neste planeta que não o fizessem diariamente, de fato, qual é o problema com o anacronismo? Ora, é a história uma ciência?! Mais uma vez, abraçamos os paradigmas dos séculos XIX e XX”.<sup>20</sup>

Em última instância, tal argumentação concluiria que, uma vez que toda operação histórica está irremediavelmente eivada pelo anacronismo, e não sendo a História uma ciência, existiria, portanto, uma igualização entre os historiadores profissionais e os “amadores” ou “diletantes”. Ou talvez mesmo uma preferência pelos últimos, já que, como afirma o próprio Utz, alguns desses indivíduos “investem tanto ou mais tempo, energia e dinheiro ao engajar com a Idade Média do que alguns de nós, professores”.<sup>21</sup> Em nossa perspectiva, porém, a excelência de uma investigação histórica não depende somente de fatores como energia ou recursos financeiros.

Se por um lado essa posição, tal como formulada, aparenta-nos equivocada, por outro, ela enseja uma oportuna abertura a novos saberes, que poderiam ser cruciais na expansão e fortalecimento da medievalística (entendida aqui como englobamento dos estudos medievais e do neomedievalismo). É sobre isto que nos

---

<sup>19</sup> BERTARELLI; AMARAL, op. cit., p.121. Tradução nossa.

<sup>20</sup> Ibidem, p.122-123. Tradução nossa.

<sup>21</sup> UTZ, 2015 apud BERTARELLI; AMARAL, op. cit., p.122. Tradução nossa.

deteremos adiante.

### **Por uma ecologia de saberes: entre os estudos medievais e o neomedievalismo**

Alguns aspectos da proposta apresentada por Utz e seguida por Bertarelli, Amaral e outros poderiam ser aproximados das reflexões do sociólogo português Boaventura de Sousa Santos.<sup>22</sup> Uma breve exposição de parte de suas ideias deixará claro o porquê desta afirmação.

Boaventura coloca-se ativamente contra a racionalidade que domina o Norte Global, a qual ele qualifica de “indolente”, “preguiçosa”, porque “se considera única, exclusiva, e que não se exercita o suficiente para poder ver a riqueza inesgotável do mundo”.<sup>23</sup> Ainda segundo o autor, essa razão assume duas principais formas: a metonímica e a proléptica;<sup>24</sup> aqui, nos deteremos apenas na primeira, apresentada como aquela que “toma a parte pelo todo”, isto é, desconsidera as especificidades e homogeneiza o conhecimento e a experiência – invisibilizando dessa forma todo esse material humano, desperdiçando-o.<sup>25</sup>

Há cinco modos de produção dessas invisibilizações, ou ausências: a

---

<sup>22</sup> Em virtude da recente divulgação das denúncias direcionadas a este autor (<https://apublica.org/2024/05/pesquisadoras-deixam-anonimato-e-contam-que-sofreram-assedio-de-boaventura-de-sousa-santos/>), consideramos necessário esclarecer a decisão de mantê-lo como referência teórica central neste trabalho. Em primeiro lugar, destacamos que este artigo foi originalmente escrito entre os anos de 2020 e 2021, antes da publicização das denúncias. O segundo ponto é que, conforme se verá, a despeito da utilização bastante crítica que se faz das ideias do autor, suas propostas são centrais para a argumentação deste trabalho. Poderíamos, por razões simbólicas – uma vez que, pelo menos por enquanto, não identificamos seus flagrantes desvios de caráter no cerne de sua teoria, aliás, muito pelo contrário – substituir suas referências por outras semelhantes. Seria possível recorrer tanto a autores que o influenciaram, como Foucault (também presente neste estudo), quanto a seus seguidores. Contudo, tal procedimento seria apenas aparente, mesmo ilusório, pois as ideias centrais do autor permaneceriam implícitas, ainda que adaptadas. Por essas razões, decidimos manter suas obras como base teórica; porém, ressaltamos que isso não implica, de forma alguma, conivência ou aprovação dos atos que lhe foram atribuídos. Reafirmamos nosso apoio à apuração de todos os fatos e à realização da justiça.

<sup>23</sup> SANTOS, Boaventura de Sousa. *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 25.

<sup>24</sup> Com razão proléptica, Boaventura se refere a “conhecer no presente a história futura. Nossa razão ocidental é muito proléptica, no sentido de que já sabemos qual é o futuro: o progresso, o desenvolvimento do que temos. É mais crescimento econômico, é um tempo ideal linear que de alguma maneira permite uma coisa espantosa: o futuro é infinito. A meu ver, expande demais o futuro.” (2007, p. 26)

<sup>25</sup> *Ibidem*, p. 26.

ignorante, a residual, a inferior, o local ou particular e, por fim, a improdutiva.<sup>26</sup> Não valeria a pena entrar em detalhes sobre cada uma. Abordaremos somente aquela que nos parece mais pertinente às reflexões propostas neste artigo, qual seja: a ignorante, que diz respeito à “monocultura do saber e do rigor”. Segundo o sociólogo, isto equivaleria à ideia de que

o único saber rigoroso é o saber científico; portanto, outros conhecimentos não têm a validade nem o rigor do conhecimento científico. Essa monocultura reduz de imediato, contrai o presente, porque elimina muita realidade que fica fora das concepções científicas da sociedade, porque há práticas sociais que estão baseadas em conhecimentos populares, conhecimentos indígenas, conhecimentos camponeses, conhecimentos urbanos, mas que não são avaliados como importantes ou rigorosos. E, como tal, todas as práticas que se organizam segundo esse tipo de conhecimentos não são críveis, não existem, não são visíveis. Essa monocultura do rigor baseia-se, desde a expansão européia, em uma realidade: a da ciência ocidental.<sup>27</sup>

As conexões com o que discutíamos há pouco são claras. De um lado, temos a historiografia profissional, a qual poderíamos associar à razão tradicional, do Norte, indolente. Do outro lado, temos uma série de fenômenos sociais, representações, práticas, experiências e conhecimentos – todos parte do que doravante designaremos de “saber neomedievalista” – que são excluídos, marginalizados, e até mesmo menosprezados. Os estudos medievais sobrepõem-se ao “saber neomedievalista” tal como a razão do Norte se sobrepõe sobre a do Sul; firma-se como uma “monocultura” na abordagem do passado medieval, “destrói outros conhecimentos, produz [...] ‘epistemicídio’: a morte de conhecimentos alternativos.<sup>28</sup>

Quando pensamos no neomedievalismo, não falamos propriamente de conhecimentos indígenas ou camponeses, mas nem por isso poderíamos deixar de classificá-los como “populares”, no sentido de que, sob certa perspectiva, opõem-se ao conhecimento produzido institucionalmente, nas universidades. Os exemplos são múltiplos, tanto como os já citados reconstrucionistas quanto os próprios

---

<sup>26</sup> *Ibidem*, p. 32.

<sup>27</sup> *Ibidem*, p. 29.

<sup>28</sup> *Idem*.

movimentos de extrema-direita.<sup>29</sup>

Não estaríamos nós, medievalistas profissionais – para não dizer nossos alunos – perdendo muito com esta separação tão rígida? E, se concordamos que sim, como solucionar o problema? Bastaria promover uma igualização total desses saberes, ou devemos levar em conta as especificidades da contribuição de cada um para o estudo da Idade Média e suas apropriações posteriores?

A solução passa, em nosso entender, por duas etapas. A primeira consistiria na recuperação de todo esse saber colocado de lado, através do que Boaventura chama de uma “Sociologia das Ausências”, um procedimento cuja finalidade seria trazer à tona “que o que não existe é produzido ativamente como não-existente, como uma alternativa não-crível, como uma alternativa descartável, invisível à realidade hegemônica do mundo”.<sup>30</sup> Na prática, isto significa tornar presente o que está ausente, ou, nas palavras do próprio autor, “substituir as monoculturas pelas ecologias”.<sup>31</sup>

O tipo de ecologia que mais nos interessa, pois se contrapõe à já mencionada *monocultura do saber e do rigor*, seria a *ecologia dos saberes*. Boaventura descreve-a da seguinte maneira:

Não se trata de “descredibilizar” as ciências nem de um fundamentalismo essencialista “anticiência”; como cientistas sociais, não podemos fazer isso. O que vamos tentar fazer é um uso contra-hegemônico da ciência hegemônica. Ou seja, a possibilidade de que a ciência entre não como monocultura mas como parte de uma ecologia mais ampla de saberes, em que o saber científico possa *dialogar* com o saber laico, com o saber popular, com o saber dos indígenas, com o saber das populações urbanas marginais, com o saber camponês. *Isso não significa que tudo vale o mesmo.*<sup>32</sup>

Entendemos que a palavra-chave desta elaboração é “dialogar”. Pois em nenhum momento é proposta a substituição pura e simples do saber científico pelo

---

<sup>29</sup> De forma que é necessário atentar-se ao fato de que a abertura à ecologia dos saberes, da forma que entendemos, não necessariamente equivale a sempre abordar posições de caráter democrático – nem por isso trata-se de um procedimento menos profícuo, uma vez que permite uma abordagem crítica desse fenômeno.

<sup>30</sup> Ibidem, p. 28.

<sup>31</sup> Ibidem, p. 32.

<sup>32</sup> Ibidem, p. 33, grifos nossos.

popular, mas sim sua aproximação e, sobretudo, sua desierarquização. Com efeito, há muito que o “saber neomedievalista” tem a contribuir com os estudos medievais, na medida em que lhe oferece novos temas e abordagens; por outro lado, o inverso é tão verdadeiro quanto, pois são os estudos medievais que permitem o questionamento e compreensão mais profunda acerca das apropriações dos neomedievalismos. Tomar ciência disso representa o segundo passo decisivo para uma abordagem profícua do fenômeno do neomedievalismo, em especial, como mostrarei adiante, para a educação.

Temos agora as ferramentas teóricas necessárias para retomar a discussão antes interrompida. Falávamos então, de modo bastante amplo, a partir da sugestão de outros autores, acerca da importância de uma aproximação entre diferentes abordagens “populares” – filmes, jogos, eventos, estudiosos amadores – e “tradicionais” – acadêmicas – da Idade Média. Nenhuma discordância até aqui. Identificamos o problema no momento em que, no afã de promover esta aproximação, beirou-se perigosamente a igualização desses polos, sem considerar as especificidades que cada um pode trazer à medievalística; afinal, como salientou Boaventura, não podemos “descredibilizar’ as ciências” nem cair em um “fundamentalismo essencialista ‘anticiência’”, e não obstante é vital construir uma “ecologia mais ampla de saberes”.

Evidentemente que temos algumas diferenças mais latentes entre esses dois grupos, como a existência (ou não) de uma comunidade acadêmica e a avaliação de pares, toda uma estrutura institucional, sem falar em um aporte teórico-metodológico próprio ao estudo do passado medieval. Mas não nos detemos nisso. Entendemos que a principal diferença consiste não na formação profissional, mas, acima de tudo, na *finalidade*. Os medievalistas profissionais, não obstante as atuais limitações teórico-metodológicas de nossa disciplina, que não nos autorizam a falar de uma “verdade histórica” plena, ao menos visam a esta verdade. Não se poderia dizer o mesmo, por exemplo, de um autor de romances de ambientação inspirada na Idade Média, cujo objetivo é fundamentalmente o entretenimento, à custa do rigor histórico.

Este último exemplo, é claro, representa dois extremos. Poder-se-ia

mencionar, entre os amadores, a existência de reconstrucionistas interessados na temática do equipamento bélico medieval, e que portanto compartilhariam, igualmente, do critério da finalidade. Classificá-lo como parte de um “saber neomedievalista” seria muitíssimo problemático e possuiria uma série de implicações teóricas. Isto porque, se não respeitamos o referido critério, em última instância *qualquer* abordagem contemporânea da Idade Média configuraria neomedievalismo, inclusive os próprios estudos medievais.

Assim, prova-se urgente uma categorização das diferentes realidades contidas no fenômeno do neomedievalismo amador, tarefa que exigiria a escrita de um artigo próprio, ou talvez mesmo de uma série deles. Pois, deixando de lado qualquer julgamento de valor, nosso hipotético reconstrucionista, pela natureza de seu trabalho, não poderia ser classificado no mesmo grupo que, por exemplo, um aficionado pelo jogo de interpretação *Dungeons and Dragons*. Penso que o já mencionado critério da finalidade é um bom começo para a realização de uma categorização desse tipo.

Entretanto isto não deve, em hipótese alguma, impedir ou prejudicar o diálogo que pretendemos instaurar. Pelo contrário, ao compreendermos as especificidades da contribuição de cada tipo de conhecimento – uma vez que nem “tudo vale o mesmo”, isto é, *da mesma forma* –, nesse contexto de uma verdadeira ecologia de saberes seremos capazes de avançar mais seguramente para uma expansão, qualificação e aprofundamento da medievalística.

Por essas razões, reafirmo o que foi dito anteriormente: neomedievalismo e estudos medievais devem ser duas faces de uma mesma moeda. Trata-se, fundamentalmente, de desierarquizar a relação entre o “saber dos estudos medievais” e o “saber neomedievalista”, criar um diálogo entre ambos. A seguir, discutiremos algumas das possibilidades, no campo do ensino, que tal aproximação permitiria.

### **Neomedievalismo em livros didáticos: ausências, presenças, potências**

Dedicaremos esta seção à realização de uma análise crítica dos usos do neomedievalismo em três livros didáticos – dois desses do mesmo autor –, quais

sejam: *Vontade de saber: história*, voltado ao 6º ano do ensino fundamental, de Dias, Grinberg e Pellegrini, e publicado pela Quinteto Editorial, e *História sociedade & cidadania*, para o 6º e 7º anos, de Alfredo Boulos Júnior, e publicado pela Editora FTD.<sup>33</sup> Os capítulos estudados serão, respectivamente: “O período medieval”, “O feudalismo: sociedade, cultura e religião”, e “Mudanças na Europa Feudal”. Cumpre observar que utilizaremos as edições voltadas aos professores, uma vez que entendemos que as orientações a eles destinadas configuram-se como rico objeto de análise para averiguar as estratégias de ensino propostas em torno do fenômeno do neomedievalismo.

Em nossa seleção, optamos por livros que apresentam abordagens bastante diferentes do fenômeno, justamente a fim de ilustrar possibilidades diversas de lide com o tema. Relevante mencionar, além disso, que, pelo menos desde 2020, todos os livros mencionados constam no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Assim, ainda que tal questão certamente não seja central aos elaboradores do programa, não se poderia afirmar que um determinado uso didático do neomedievalismo conta com maior ou menor respaldo governamental, sugerindo que ainda não existe, ao menos oficialmente, uma abordagem referendada pelo referido mecanismo.

Feito o longo, mas necessário preâmbulo a respeito do neomedievalismo, onde se estabeleceu tanto uma definição do que se entende pelo termo, quanto nosso posicionamento acerca das questões teóricas que o envolvem, procede-se agora a uma análise fundamentada nesses preceitos anteriormente definidos. Buscaremos investigar em que medida os livros didáticos selecionados correspondem ao que entendemos como uma abordagem sólida do neomedievalismo para fins escolares. Em razão da expansão recente do campo, é compreensível que sua abordagem não esteja plenamente madura ou bem desenvolvida. Porém, não desejamos apenas apontar suas ausências, mas também toda a potencialidade do que já existe. Em outras palavras, também

---

<sup>33</sup> É importante destacar que, desde 2006, a Quinteto Editorial foi incorporada à Editora FTD. Contudo, nas informações catalográficas do livro de Dias, Grinberg e Pellegrini, publicado em 2018, ainda consta a Quinteto Editorial como responsável oficial, indicando a coexistência de diferentes marcas editoriais dentro de uma mesma estrutura empresarial.

empreenderemos pelo caminho do que Boaventura designou de uma “Sociologia da Emergência”, isto é, intentaremos

ver quais são os sinais, as pistas, latências, possibilidades que existem no presente e que são sinais do futuro, que são possibilidades emergentes e que são “descredibilizadas” porque são embriões, porque são coisas não muito visíveis [...] Entre o nada e o tudo – que é uma maneira muito estática de pensar a realidade – eu lhes proponho o “ainda não”.<sup>34</sup>

Começamos pela análise de *História sociedade & cidadania*, de Alfredo Boulos Júnior. Dele examinaremos dois volumes, os voltados ao 6º e 7º anos, uma vez que os conteúdos que abordam Idade Média podem ser encontrados tanto em um quanto em outro. A partir da leitura dos capítulos voltados ao ensino do medievo, elaboramos quadros organizando um levantamento de todas as entradas relativas a casos neomedievalismo ali encontrados. Coletamos informações sobre a temática geral em que se inserem as entradas, o caso específico abordado, se estas se localizam no texto principal ou em um paratexto no livro didático e, por fim, a página onde se encontram.

Ao examinar-se o quadro I, pode-se constatar que, em ambos os volumes, temos apenas uma entrada. Ela aparece no contexto de uma introdução geral à Idade Média, e o caso de neomedievalidade trazido são as Cavalhadas na Festa do Divino Espírito Santo, em Pirenópolis (GO).

**Quadro 1** - Entradas de neomedievalismo em BOULOS JÚNIOR, Alfredo. *História sociedade & cidadania: 6º ano: ensino fundamental: anos finais*. — 4. ed. — São Paulo: FTD, 2018.

Temática geral	Neomedievalismo	Texto ou paratexto	Página
Introdução ao primeiro capítulo sobre Idade Média	Cavalhadas na Festa do Divino Espírito Santo em Pirenópolis	Texto (Mas cumpre a função de um paratexto)	208 (258 pdf)

Balanco: 1 entrada em 25 páginas

Fonte: Quadro elaborado pelo autor

---

<sup>34</sup> Ibidem, p. 37.



**Figura 1** – Página, no livro de Boulos Júnior, onde consta uma fotografia das Cavalhadas na Festa do Divino Espírito Santo



Fonte: BOULOS JÚNIOR, Alfredo. *História sociedade & cidadania: 6º ano: ensino fundamental: anos finais*. — 4. ed. — São Paulo: FTD, 2018, p. 208.

Tal caso, é preciso salientar, embora ocorra no próprio corpo texto – por oposição a ocupar alguma margem ou setor separado, isto é, no paratexto –, localiza-se na introdução, e dessa forma não se integra organicamente à narrativa principal; não há diálogo significativo entre o conteúdo desta seção em particular e o restante da narrativa. Dito de outra forma, trata-se de um elemento marginal à linha-mestra do livro, e configura-se naquele contexto, portanto, apenas como recurso auxiliar de ensino: servir como introdução lúdica, mas desconectada, ao verdadeiro tema a ser abordado, isto é, a Idade Média histórica.

A imagem da festa é acompanhada por um texto, onde se fazem os seguintes

questionamentos: quem são esses cavaleiros? Por que se vestem de cores diferentes? O aluno já ouviu falar desta festa? Perceba-se que nenhuma dessas interrogações levanta qualquer problema a respeito do fenômeno da apropriação, ou de seus possíveis sentidos. Por fim, de maneira bastante significativa, remata-se com a seguinte pergunta: “Que relação ela pode ter com o assunto que vamos estudar?”.<sup>35</sup> Perceba-se: assunto “que vamos estudar”, e não que “estamos estudando”, no sentido de que já começou. A opção por tal tempo verbal na frase parece confirmar a concepção do autor de que o recurso à neomedievalidade, neste caso, serve apenas como preâmbulo daquilo que realmente é central, isto é, os tradicionais estudos medievais. No texto da seção de apoio aos professores, designado “Orientações Gerais”, tampouco verifica-se qualquer sugestão de abordar o problema de maneira crítica:

A fotografia desta página é uma imagem das Cavalcadas de Pirenópolis (GO), uma das mais atraentes festas populares do Brasil. As Cavalcadas fazem parte da Festa do Divino Espírito Santo, que ocorre anualmente naquela cidade goiana, e consistem numa dramatização das lutas de Carlos Magno e os Doze Pares de França contra os mouros na Península Ibérica. Os cristãos aparecem de azul e trazem uma cruz na roupa, e os mouros (indivíduos de religião muçulmana que conquistaram a Península Ibérica e lá permaneceram por longo tempo), de vermelho. São 12 cavaleiros para cada lado. Ao final, os mouros se rendem e são convertidos e batizados. No terceiro dia, os competidores fazem as pazes e se confraternizam participando de jogos em que demonstram suas habilidades como cavaleiros e no manejo da espada. No Brasil, a encenação da luta entre cristãos e mouros foi introduzida pelos jesuítas com objetivos de catequese, ocorrendo hoje em vários estados brasileiros, como Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e, sobretudo, nos estados do Nordeste. No Rio Grande do Sul, foi praticada em várias cidades até por volta de 1935 (centenário da Revolução Farroupilha).<sup>36</sup>

Pelo contrário: vemos que, em lugar disso, limita-se tão somente a resumir a história da festa popular, explicando o modo de funcionamento da cavalcada e sua difusão pelo Brasil. Dessa maneira, este caso é abordado quase que como mera

---

<sup>35</sup> BOULOS JÚNIOR, Alfredo. **História, sociedade & cidadania**: 6º ano: ensino fundamental: anos finais. — 4. ed. — São Paulo: FTD, 2018. p. 208.

<sup>36</sup> *Ibidem*, p. 208.

curiosidade, pois não é mobilizado como estratégia efetiva de ensino medievalístico.

A rigor, este é a única entrada de neomedievalismo nos livros de Boulos Júnior, em ambos os volumes. Entretanto, percebemos a presença de dois casos que valeriam a pena ser comentados, cada qual em um volume (quadros 2 e 3). O primeiro é quando, ainda no volume voltado ao 6º ano, no contexto do tema “Dinastia Carolíngia”, Boulos Júnior traz uma fotografia da Basílica de São Pedro, no Vaticano, apontando que estas terras foram doadas à Igreja pelos Carolíngios. O segundo ocorre já no volume dedicado ao 7º ano, cujo capítulo, intitulado “Mudanças na Europa Feudal”, dá grande destaque a uma fotografia da fachada da Faculdade de Direito de Recife, relacionando-a – mais implícita do que explicitamente – com a existência das universidades no Ocidente medieval enquanto contraponto ao discurso da “Idade Média das Trevas”.<sup>37</sup>

**Quadro 2** - Entradas de continuidade em BOULOS JÚNIOR, Alfredo. *História sociedade & cidadania: 6º ano: ensino fundamental: anos finais*. — 4. ed. — São Paulo: FTD, 2018.

Temática geral	Continuidade	Texto ou paratexto	Página
Dinastia Carolíngia	Terras doadas à Igreja pelos Carolíngios, hoje Vaticano	Paratexto	211 (261 pdf)

Balanco: 1 entrada em 25 páginas

Fonte: Quadro elaborado pelo autor

<sup>37</sup> Rigorosamente falando, isto também configura a discussão de um neomedievalismo, uma vez que tal concepção da Idade Média foi formada *a posteriori* de sua periodização tradicional, o que é explicitamente mencionado por Boulos Júnior nas “Orientações Gerais”, ainda que muito brevemente – “a Idade Média não pode ser considerada como uma Idade das Trevas, como ‘a noite dos mil anos’, visão formulada pelos intelectuais renascentistas” (BOULOS JÚNIOR, Alfredo. **História, sociedade & cidadania: 6º ano: ensino fundamental: anos finais**. — 4. ed. — São Paulo: FTD, 2018, p. 46). Dias, Grinberg e Pellegrini também abordam a questão, em especial nas suas “Orientações Gerais”, exceto que com mais esmero (DIAS, Adriana Machado; GRINBERG, Keila; PELLEGRINI, Marco César. **Vontade de saber: história: 6º ano: ensino fundamental: anos finais** — 1. ed. — São Paulo: Quinteto Editorial, 2018, p. 186). Apesar disso, tal discussão está de tal forma saturada que decidimos dedicar o corpo do texto a debater questões que nos parecem mais candentes.

**Quadro 3** - Entradas de continuidade em BOULOS JÚNIOR, Alfredo. *História sociedade & cidadania: 7º ano: ensino fundamental: anos finais*. — 4. ed. — São Paulo: FTD, 2018.

Temática geral	Continuidade	Texto ou paratexto	Página
Introdução às inovações medievais	Fachada da Faculdade de Direito de Recife	Paratexto	46 (96 pdf)

Balanco: 1 entrada em 17 páginas  
 Fonte: Quadro elaborado pelo autor

**Figura 2** – Página, no livro de Boulos Júnior, onde consta uma fotografia da Basílica de São Pedro, Vaticano



Fonte: BOULOS JÚNIOR, Alfredo. *História sociedade & cidadania: 6º ano: ensino fundamental: anos finais*. — 4. ed. — São Paulo: FTD, 2018, p. 211.



Figura 3 – Página, no livro de Boulos Júnior, onde consta uma fotografia da Faculdade de Direito do Recife



Fonte: BOULOS JÚNIOR, Alfredo. *História sociedade & cidadania: 7º ano: ensino fundamental: anos finais*. — 4. ed. — São Paulo: FTD, 2018, p. 46.

Percebamos como esses dois exemplos, a despeito das aparências, não configuram neomedievalismos *per se*, isto é, apropriações contemporâneas da Idade Média histórica, mas sim abordagens na perspectiva das continuidades, reminiscências, longa duração, ou como se queira chamar. Não há nenhum problema com tal procedimento, que também possui suas próprias potências didáticas, as quais não teríamos tempo de abordar aqui. Não obstante, é necessário sublinhar que não se trata, em última instância, de neomedievalismo.

Temos, então, um total de 3 entradas, onde mobilizam-se conteúdos posteriores à Idade Média histórica, sendo dois deles de outro tipo que não

neomedievalista. Desta forma, teríamos apenas um único caso, num total de 42 páginas, nos livros de Boulos Júnior, de abordagem do medievo sob esse ângulo. Não só quantitativamente, mas também qualitativamente, como se verificou, o recurso é flagrantemente subutilizado.

Passemos agora à análise do livro *Vontade de saber: história* (6º ano), de Dias, Grinberg e Pellegrini. De maneira geral, temos uma presença muito mais significativa de nosso tema neste livro didático (quadro 4). No aspecto quantitativo, temos 3 entradas em 41 páginas. Qualitativamente, como veremos, o uso didático dos fenômenos neomedievalistas se dá de maneira mais próxima com o preconizado em nossa discussão teórica. Vejamos por quê.

**Quadro 4** - Entradas de neomedievalismo em DIAS, Adriana Machado; GRINBERG, Keila; PELLEGRINI, Marco César. *Vontade de saber: história: 6º ano: ensino fundamental: anos finais* — 1. ed. — São Paulo: Quinteto Editorial, 2018.

Temática geral	Neomedievalismo	Texto ou paratexto	Página
Introdução à Idade Média	Filme <i>Lancelot, o primeiro cavaleiro</i> (1995)	Paratexto	182 (232 pdf)
Visão sobre os Vikings	Estátua de George Barone (1965) e Tirinha de <i>Hagar, o horrível</i> (2010)	Paratexto	191 (241 pdf)
Castelos medievais	Projeto Guédelon e imaginário contemporâneo sobre castelos medievais (texto de Le Goff)	Paratexto	204-205 (254-255 pdf)

Balanco: 3 entradas em 41 páginas

Fonte: Quadro elaborado pelo autor

Assim como em Boulos Júnior, o capítulo abre com uma apropriação contemporânea sobre o medievo. Presume-se que tal estratégia representa uma tentativa de chamar atenção do aluno para a amplitude da Idade Média que, de



período Medieval”. Felizmente, logo se descobre que tal sugestão insere-se na lógica de uma atividade crítica, pois é pedido que se “Comente que o filme é uma produção do século XX e, por isso, ele apresenta o ponto de vista de tal período”. Seguidamente, apresenta-se alguns aspectos de uma iluminura de um livro do século XV, “As Riquíssimas Horas do Duque de Berry”, dos irmãos Limbourg, retratando o cultivo, elegendo-a como uma representação “mais próximo do contexto medieval”.<sup>38</sup>

As imagens são acompanhadas de uma atividade de três questionamentos, dentre os quais interessa-nos em especial o primeiro: “A imagem ao lado é uma cena do filme Lancelot, um cavaleiro medieval. Você conhece outros filmes ou livros que contém histórias ambientadas na Idade Média?”. Vemos aqui que os autores do livro notam desde já a importância e a potência de mobilizar o imaginário sobre a Idade Média (um exemplo claro de neomedievalismo) para fins didáticos. Tal consciência mostra-se ainda mais aguçada pelo texto nas “orientações” ao professor, onde se lê:

Ao abordar a questão A com os alunos, leve-os a pensar em como a Idade Média é representada nos filmes e nas séries, incluindo os figurinos, os cenários, as falas dos personagens, os conflitos retratados etc. Aproveite esse momento para avaliar o conhecimento prévio dos alunos quanto a esse período histórico.<sup>39</sup>

Defendemos, na primeira seção deste artigo, a indispensabilidade de localizar os fenômenos neomedievalistas enquanto apropriações contemporâneas e da central importância de indagarmos a respeito dos *sentidos* dessas apropriações, a partir de um diálogo com os estudos medievais; em nossa perspectiva, reside justamente aí toda a sua potencialidade didática. É verdade que os autores poderiam, no trecho citado acima, ter promovido de maneira mais explícita uma análise crítica dos referidos conhecimentos prévios, através de uma comparação com, por exemplo, a iluminura apresentada.

Seria igualmente interessante explorar as implicações da proximidade da representação da iluminura frente à de *Lancelot*; enquanto a primeira é um sistema

---

<sup>38</sup> DIAS, Adriana Machado; GRINBERG, Keila; PELLEGRINI, Marco César. **Vontade de saber**: história: 6º ano: ensino fundamental: anos finais — 1. ed. — São Paulo: Quinteto Editorial, 2018, p. 182.

<sup>39</sup> Idem.



de representação formado por um contexto histórico-social-cultural do século XX, já a segunda trata-se do mesmo, porém tendo como referencial o contexto histórico-social-cultural do século XV. Embora ambos sejam representações, ou seja, contenham em si um sistema cultural que lhe fornece suas referências, um desses sistemas é autóctone da sociedade que se pretende estudar e aproximar, o outro, não. Não obstante, sob a faceta aqui estudada, o trabalho de Dias, Grinberg e Pellegrini mostra-se, até agora, bastante avançado em diversos critérios, especialmente quando confrontado com aquele encontrado em Boulos Júnior.

O segundo caso que analisaremos pode ser encontrado na seção “Explorando o tema”, que, de acordo com a apresentação do próprio livro, “aborda os temas contemporâneos apresentados pela BNCC”,<sup>40</sup> recorrendo a textos e uma série de recursos iconográficos. Dessa forma, o exemplo não consta na narrativa principal do livro, pois possui um caráter paratextual.

O tema em questão é a “visão estereotipada dos Vikings”, que se discute a partir de dois exemplos: i) uma estátua de George Barone, de 1967, onde a figura está munida de um capacete com chifres, lança e um objeto pontiagudo; ii) uma tirinha de *Hagar, o horrível*, publicada no Brasil em 2010, onde o protagonista, em um sono tranquilo, sonha com o que parece uma violenta e incendiosa campanha militar. Ao lado da fotografia do primeiro caso, temos: “Essa estátua representa um *viking* de forma estereotipada”; já acompanhando a tirinha, temos: “Hagar é representado como um guerreiro que só se interessa por saques e pilhagens, como na história em quadrinhos ao lado”. Em termos de conteúdo, isto se encaixa plenamente no quesito do “neomedievalismo”. Vejamos agora que tipo de abordagem é feita.

---

<sup>40</sup> *Ibidem*, p. VIII.

Figura 5 – Página, no livro de Dias, Grinberg e Pellegrini, onde é discutida a “visão estereotipada dos Vikings”



Fonte: DIAS, Adriana Machado; GRINBERG, Keila; PELLEGRINI, Marco César. *Vontade de saber: história: 6º ano: ensino fundamental: anos finais* — 1. ed. — São Paulo: Quinteto Editorial, 2018, p. 191.

No que diz respeito ao texto principal, temos o seguinte:

Atualmente, ainda é comum as pessoas associarem imagem dos vikings a guerreiros violentos e desordeiros, que usavam capacetes com chifres nas laterais. Essa visão estereotipada surgiu na Europa, no século XIX, e se concretizou no século XX com a difusão de mídias como filmes e histórias em quadrinhos. Entre as HQs que apresentam uma visão estereotipada dos vikings estão **Príncipe Valente** (1937), **Thor** (1962) e **Hagar, o horrível** (1965).<sup>41</sup>

<sup>41</sup> Ibidem, p. 191, grifos do original.

Podemos constatar que tal abordagem é igualmente alinhada à proposta de um estudo crítico do neomedievalismo, pois não naturaliza esse conteúdo externo à Idade Média histórica. Nas orientações gerais, propõe-se a análise da estátua, sugerindo o apontamento de certos elementos estereotipados, como os objetos acima descritos. Pede-se também que se verifique “se os conhecimentos dos alunos sobre os povos vikings fazem parte ou não da visão estereotipada”,<sup>42</sup> questionando-os sobre os diversos exemplos presentes nas mais diversas mídias, como quadrinhos, desenhos, animações, etc.

Outra atividade proposta é separar os alunos em grupos para que pesquisem diferentes aspectos da cultura *viking*, em seguida apresentando-os ao restante da turma, para, logo após, “avaliar se os alunos desenvolveram seu senso crítico sobre o tema”. Este é um perfeito exemplo do procedimento que defendemos anteriormente, isto é, o diálogo entre estudos medievais e neomedievalismo. Sublinhe-se, porém, que *não se trata de corrigir* o segundo, mas de localizá-lo como uma *apropriação contemporânea* de um passado medieval.

Dias, Grinberg e Pellegrini, muito corretamente, entendem que o recurso ao neomedievalismo deve ser feito de maneira crítica, aflorando o senso questionador do aluno acerca das representações da Idade Média que o cercam. Contudo, isso é ainda muito vago. O que deve ser colocado em questionamento pelo docente, de maneira mais detida, são as diferenças entre os resultados obtidos através da pesquisa histórica e as apropriações posteriores sobre este mesmo tema. Na linha de uma análise genealógica foucaultiana, tal procedimento permitiria, nesta ordem: i) investigar o processo de *conformação* do fenômeno neomedievalista, ii) desvelar o *sentido* dessa representação, iii) de forma a determinar suas *implicações sociais*. A partir desses passos, cremos que se poderá afirmar ter levado a cabo uma verdadeira *desconstrução crítica* do caso estudado.

No caso em questão, tratar-se-ia de apontar, de um lado, a “idealização romântica do bárbaro, utilizado como suporte para a constituição de diversas nacionalidades oitocentistas”, e, de outro, “a identificação dos escandinavos com

---

<sup>42</sup> Idem.

seres impiedosos” enquanto “continuidade de outro estereótipo muito mais antigo: a imagem do bárbaro”<sup>43</sup> objetivando constatar a superioridade dos cristianizados. A presença de um texto com as referidas informações no próprio livro didático mostra toda a potencialidade, no sentido que lhe dá Boaventura em sua “Sociologia das Emergências”, já disposta ali, ainda que não plenamente explorada nas sugestões ao professor.

Como último exemplo a ser trabalhado, temos o caso do Projeto Guédelon, isto é, um projeto francês que almeja a reconstrução de um castelo segundo os padrões medievais, onde, “Além de reproduzir a arquitetura de um castelo do século XIII, a ideia do projeto é empregar as mesmas técnicas, materiais, ferramentas e até mesmo as roupas que eram utilizadas pelos construtores medievais”.<sup>44</sup> O tema se encontra em uma seção especial do texto intitulada “História em construção”, que, de acordo com informações do próprio livro, objetiva “conscientizar os alunos de que a disciplina de História é um campo em constante desenvolvimento e que as narrativas sobre o passado também possuem uma história”;<sup>45</sup> nesse tipo de seção, costumam ser apresentadas discussões recentes no campo da historiografia, textos de historiadores e revisões da historiografia clássica.

---

<sup>43</sup> LANGER apud DIAS; GRINBERG; PELLEGRINI, op. cit., p. 190-191.

<sup>44</sup> DIAS; GRINBERG; PELLEGRINI, op. cit., p. 204.

<sup>45</sup> *Ibidem*, p. VII.

Figura 6 – Página, no livro de Dias, Grinberg e Pellegrini, onde consta uma fotografia do Projeto Guédelon



Fonte: DIAS, Adriana Machado; GRINBERG, Keila; PELLEGRINI, Marco César. *Vontade de saber: história: 6º ano: ensino fundamental: anos finais* — 1. ed. — São Paulo: Quinteto Editorial, 2018, p. 204-205.

Diferentemente dos outros casos analisados, aqui não temos uma abordagem atenta às potencialidades didáticas do neomedievalismo. O texto da seção limita-se a explicar os detalhes do projeto, e as perguntas indutoras de discussão que o acompanham – a saber: “a) Quais critérios foram utilizados na escolha do local onde está sendo construído o castelo de Guédelon? b) De que maneira o projeto pode auxiliar na construção do conhecimento sobre o período medieval?”<sup>46</sup> – não o encaram como uma apropriação. Porém, há uma boa razão para isso. Mais do que uma apropriação do período medieval – ainda que não o deixe de ser – o projeto Guédelon é um experimento reconstrucionista que tem como finalidade a pesquisa histórica e científica, e cujo apelo turístico estaria amparado justamente em sua

<sup>46</sup> Ibidem, p. 205.

fidedignidade. Evidenciada sua *finalidade*, o projeto Guédelon, da mesma maneira que o nosso hipotético reconstrucionista do equipamento bélico medieval, configura-se, portanto, mais como um estudo medieval prático do que um neomedievalismo.

Além disso, junto às páginas dedicadas ao projeto, na seção “orientações gerais”, encontramos um texto do renomado historiador Jacques Le Goff a respeito do imaginário ocidental relativo aos castelos medievais.

Outro sinal da permanência do castelo medieval no imaginário europeu [e ocidental] é a importância que esta imagem adquiriu na sensibilidade das crianças. O castelo medieval é objeto de exercícios e desenhos em sala de aula. Ele povoa os desenhos animados, filmes, propagandas de televisão, espetáculos de sons e luzes. Dentre as maravilhas medievais, o castelo aumentou sua influência pela conquista dos espíritos e sensibilidades infantis.<sup>47</sup>

Tais informações não são explicitamente trabalhadas por Dias, Grinberg e Pellegrini, mas a própria escolha de tal texto mostra um certo interesse em mobilizar o neomedievalismo como ferramenta didática, ainda que não com esta designação. Conjecturamos que o interesse dos autores com as referidas temáticas reside na possibilidade de promover o ensino de História Medieval em diálogo com os conhecimentos previamente possuídos pelos alunos – através do neomedievalismo em filmes, séries, jogos, etc. Entretanto, pela ausência de um instrumental teórico adotado de maneira clara e inequívoca sobre essa questão (como o que se propõe oferecer aqui), por vezes a abordagem dos fenômenos neomedievalistas é insuficiente.

Por fim, assim como em Boulos Júnior, em Dias, Grinberg e Pellegrini há alguns casos – aliás, também muito mais numerosos do que no primeiro autor – de abordagem na lógica da permanência (quadro 5).<sup>48</sup> Temos diversas fotografias atuais: de castelos, igrejas, muralhas, vitrais. O uso desses recursos intenciona mostrar as continuidades, ainda em nosso presente, desse universo medieval a ser

---

<sup>47</sup> LE GOFF apud DIAS; GRINBERG; PELLEGRINI, op. cit., p. 205-205.

<sup>48</sup> Por razões de espaço e a fim de garantir a fluidez do texto, não reproduziremos estas imagens no presente artigo. Contudo, todas podem ser consultadas no seguinte endereço eletrônico: [https://issuu.com/editoraftd/docs/vontade-de-saber-historia-mp-6-novo\\_divulgacao](https://issuu.com/editoraftd/docs/vontade-de-saber-historia-mp-6-novo_divulgacao)



estudado, objetivando com isso evidenciar sua longevidade e relevância.

**Quadro 5** - Entradas de continuidade em DIAS, Adriana Machado; GRINBERG, Keila; PELLEGRINI, Marco César. *Vontade de saber: história: 6º ano: ensino fundamental: anos finais* — 1. ed. — São Paulo: Quinteto Editorial, 2018.

Temática geral	Continuidade	Texto, paratexto ou imagem	Página
Introdução à Idade Média	Castelo na cidade de Carcassone, França	Fotografia	186-187 (236-237 pdf)
A cidade de Constantinopla e sua influência	Muralha de Constantinopla	Fotografia e texto	192-193 (242-243 pdf)
O governo de Justiniano	Catedral de Santa Sofia	Fotografia e texto	194 (244 pdf)
O Reino Franco	Vitral de Carlos Martel	Fotografia	196 (246 pdf)
Religiosidade e Cruzadas	Centro histórico da cidade de Jerusalém, patrimônio mundial da UNESCO	Fotografia e texto	213 (263 pdf)
Arquitetura das igrejas	Catedrais de Troia (Itália) e Reims (França)	Fotografia	218 (268 pdf)

Balanco: 6 entradas em 41 páginas

Fonte: Quadro elaborado pelo autor

O caso mais relevante é o de uma breve passagem, no corpo do texto principal, onde se explica que “‘Terra Santa’ é o nome dado à Palestina e, mais especificamente, à cidade de Jerusalém, localizada no atual Estado de Israel”, indicando seu caráter sagrado para judeus e muçulmanos. Na seção “orientações gerais”, sugere-se que o professor assinale a seus alunos o título de Patrimônio Mundial concedido pela Unesco ao centro histórico de Jerusalém, em função de sua

importância histórica e religiosa para cristãos, muçulmanos e judeus.<sup>49</sup> Ou seja, o conteúdo em questão é mobilizado na intenção de mostrar a existência continuada desse território, estudado no contexto da Idade Média, ainda nos dias de hoje, bem como sua persistência enquanto palco religioso de grande centralidade.

Outro dado que chama atenção, é que os fenômenos neomedievalistas nos livros didáticos são encontrados, em todos os casos, em espaços paratextuais, mas nunca no corpo da narrativa principal. Isso mostra como, embora alguns autores já tenham se atentado às suas potencialidades didáticas, hoje o neomedievalismo não constitui mais que uma ferramenta auxiliar. Em outras palavras, os “saberes” dos estudos medievais e do neomedievalismo permanecem hierarquizados em favor do primeiro.

Ainda assim, verificamos que tanto em termos quantitativos,<sup>50</sup> quanto, em especial, os qualitativos, o livro de Dias, Grinberg e Pellegrini mobiliza o neomedievalismo de maneira mais hábil que o de Boulos Júnior, ainda que alguns aspectos da abordagem possam ser aprimorados. Apesar de discordâncias pontuais, entendemos que tal lide é muito positiva e agrega significativamente ao ensino de História Medieval no nível básico. Em nosso entendimento, iniciativas futuras deveriam prestar mais atenção a este exemplo na confecção de seus capítulos voltados ao medievo.

### **Considerações finais**

Fundamentalmente, defendemos que o neomedievalismo não deve ser um simples acessório ou curiosidade a fim de chamar a atenção do corpo discente, para, logo após, adentrar-se o “verdadeiro” conhecimento, entenda-se, os estudos medievais. Isto seria superficial. Porém, tampouco pode-se igualar neomedievalismo e estudos medievais, como se estes fossem a mesma coisa ou desempenhassem funções idênticas. Entendemos que dada a grande difusão de referências (pseudo)medievais em nossa sociedade, mesmo no chamado Sul Global,

---

<sup>49</sup> DIAS; GRINBERG; PELLEGRINI, op. cit., p. 213.

<sup>50</sup> Em Boulos Júnior, 1 entrada em 42 páginas; em Dias, Grinberg e Pellegrini, 3 entradas em 41 páginas.



é premente problematizar as construções daquilo que consideramos medieval, mas para isso tendo, sempre, a própria Idade Média histórica como referência indispensável.

Em nossa análise, apesar de todas as “emergências” do neomedievalismo enquanto recurso de ensino, em particular no livro de Dias, Grinberg e Pellegrini, também observamos algumas questões que mereceriam mais atenção. Em primeiro lugar, a abordagem na lógica da continuidade continua preponderante (em ambos os livros analisados, somam o dobro de entradas).<sup>51</sup> Além disso, quando o neomedievalismo é abordado, isto ainda acontece, na totalidade das vezes, em um contexto paratextual. Por fim, indicamos alguns problemas a respeito de uma abordagem do neomedievalismo sem um aporte teórico adequado.

Assim, esperamos que a análise empreendida tenha mostrado que, conquanto o neomedievalismo, enquanto ferramenta didática, já seja por vezes utilizado de maneira satisfatória, ainda há significativa margem para melhorias. Tal avanço depende, da forma que vemos, de um alinhamento teórico-metodológico adequado à lide da questão, cuja base que este artigo busca, ainda que em um esforço inicial e aberto a intervenções de outros pesquisadores, proporcionar.

Considerando tudo que foi dito até aqui, podemos, por fim, extrair três principais conclusões a respeito de uma utilização profícua do neomedievalismo como ferramenta didática para o ensino da História Medieval.

Primeiramente, cumpre apontar que os fenômenos neomedievalistas devem ser abordados não como simplórios exemplos lúdicos, mas como manifestações, elas próprias históricas, que precisam ser compreendidas de maneira crítica e problematizadora. Isto pode ser feito a partir de uma análise genealógica de inspiração foucaultiana, na qual i) investiga-se o processo de *conformação* do fenômeno neomedievalista, ii) desvela-se o *sentido* dessa representação, iii) reflete-se acerca de suas *implicações sociais*, culminando, por fim, na desconstrução crítica do fenômeno estudado.

---

<sup>51</sup> Isto não constitui, necessariamente, um problema a ser combatido. Porém, é necessário compreender as especificidades de cada maneira de mobilizar o passado medieval e sua relação com o presente. Uma vez que nosso artigo trata tão somente do neomedievalismo, não poderemos prolongar aqui esta questão.

Em conclusão, entendemos que estudos medievais e neomedievalismo devem ser vistos, no âmbito do ensino, como duas faces da mesma moeda e, por isso, relacionados para que alcancem toda sua potência didática. Os estudos medievais, sem o neomedievalismo, desperdiçam uma oportunidade de estabelecer pertinente conexão com o presente dos discentes a partir das representações do medievo na contemporaneidade, uma das possibilidades para conferir significação ao ensino deste recorte histórico. Por outro lado, o neomedievalismo, na ausência de um diálogo com os estudos medievais, perde sua capacidade crítica, pois por si só é incapaz de desvelar o sentido da representação contemporânea do medievo e suas respectivas implicações sociais, acabando por constituir-se como mera introdução ou desvio lúdico. É a articulação de ambos que acreditamos ser capaz de trazer melhores resultados no que diz respeito ao ensino de História Medieval no ensino básico brasileiro.

Artigo recebido em 23/08/2024

Artigo aceito em 24/12/2024